

# ETNOMETODOLOGIA E ANÁLISE DA CONVERSA

**Livro: WATSON, R.; GASTALDO, E. Etnometodologia e Análise da Conversa. Petrópolis / Rio de Janeiro: Vozes / PUC-Rio, 2015.**

Fábio Ferraz de Almeida<sup>1</sup>

O que é a etnometodologia? Uma seita esotérica de apelo limitado a seus seguidores, que ignora fatores institucionais e a centralidade do poder na produção das interações sociais, e que tem por objetivo reconstruir um mapa cognitivo da mente das pessoas, diria Coser (1975). E a análise da conversa? Nada mais do que uma sociologia subjetivista concebida por e para hippies do sul da Califórnia, segundo Gellner (1975). Desde o início da década de 1970, talvez nenhuma outra abordagem nas ciências sociais tenha sido alvo de tantas críticas quanto a etnometodologia (EM) e a análise da conversa (AC); parte delas, como as duas acima, no entanto, fruto de incompreensões e leituras descaracterizadas desses dois projetos. Mas o que afinal são a EM e a AC? O que essas abordagens têm em comum e o que as distinguem das sociologias ortodoxas?

Em *Etnometodologia e Análise da Conversa* (2015), Rod Watson e Edison Gastaldo respondem a esses e a outros questionamentos, apresentando ao leitor uma introdução genuinamente etnometodológica, sem solecismos analíticos ou conceituais. O livro é estruturado basicamente em quatro capítulos, do mais geral ao mais específico. No primeiro deles, os autores apresentam a EM – o estudo dos métodos usados pelas pessoas comuns da sociedade para dar sentido às coisas do mundo (p. 13) –, suas origens intelectuais e algumas de suas premissas teóricas, enfatizando sobretudo seu caráter *anti-cognitivista* (p. 21) e radicalmente *praxiológico* em relação ao problema da ordem (p. 20).

Ao apresentar em mais detalhes o ponto de vista conceitual da EM, os autores, no segundo capítulo, estabelecem um contraste entre esta abordagem e as sociologias de análise formal. Segundo eles, qualquer tentativa de usar a EM em conjunto com algum outro tipo de análise formal

seria frustrada em razão do caráter *não-irônico* e fundamentalmente *contextual* daquela. Enquanto as análises formais funcionariam a partir de uma oposição entre o cientista social e as pessoas comuns, num modelo em que as estas são vistas como *idiotas* ou *imbecis* culturais, a EM estaria fundamentada na premissa de que o ator social é um agente que emprega métodos de produção de sentido, i.e. *etnométodos*, que referem-se a seu saber cultural e procedimental (pp. 29-30). Ademais, a EM operaria sempre com referência a um contexto local no qual as ações e práticas sociais são produzidas. Ao adotar essa postura radicalmente contextual – ou *indexical*, para usar o termo ao qual Garfinkel faz referência –, a EM faz uma crítica incisiva às sociologias tradicionais, as quais funcionariam a partir da substituição de expressões indexicais por expressões objetivas, i.e. proposições que seriam verdadeiras independente do contexto (pp. 34-39). A importância da referência ao contexto é ainda fundamental para explicar a rejeição do *método documentário de interpretação* (MDI) e a adoção do modelo da *gestalt contextual* (pp. 40-42) por parte de Garfinkel após a publicação do clássico *Studies in Ethnomethodology* (GARFINKEL, 1967). Essa mudança é extremamente significativa porquanto vários pesquisadores que de alguma forma estudam ou utilizam a EM, continuam fazendo alusão ao MDI como o método de produção de sentido por excelência, o que foi descartado por Garfinkel, que passou a considerá-lo demasiadamente genérico, tratando-se, portanto, de uma concessão às análises formais.

O terceiro capítulo do livro é centrado nos *estudos etnometodológicos do trabalho* (GARFINKEL, 1986), possivelmente o campo mais proeminente da abordagem nos dias atuais, ao lado da AC. Tendo trabalhado em parceria com diversos laboratórios de tecnologia e informação

<sup>1</sup> Doutorando na Loughborough University, Reino Unido, no Departamento de Ciências Sociais. Bolsista Capes, processo n. 0667-14-5

de grandes empresas como Xerox e Microsoft no Reino Unido e sendo pesquisador associado na Telecom ParisTech em França, Rod Watson é um dos expoentes internacionais nessa área, o que garante ao leitor inúmeras referências interessantes e pouco conhecidas do público brasileiro interessado na etnometodologia ou nas sociologias do trabalho e das profissões. Os autores iniciam o capítulo contrastando as abordagens sociológicas tradicionais sobre trabalho com a etnometodologia, dando ênfase particular ao lugar central ocupado pela *linguagem* e pela perspectiva dos próprios *membros* nesta última (pp. 45-48). Em seguida, apresentam a crítica garfinkeliana às sociologias ortodoxas, sobretudo aos estudos de sociologia da ciência, que segundo ele, negligenciam os detalhes identificáveis da organização social das práticas dos cientistas, ou seja, perdem de vista o fazer ciência (pp. 51-52). O capítulo trata ainda de um essencial, porém controverso conceito etnometodológico: a *exigência singular de adequação*, que determina que o pesquisador só conseguirá descrever as práticas que observa caso possua o domínio do *conhecimento-epistêmico-em-ação* (p. 62). Os autores citam os casos de Stacy Burns, orientanda de Garfinkel que cursou Direito a fim de analisar o ensino e a prática jurídica, e de Christian Greiffenhagen, cuja formação em Matemática e Ciências da Computação possibilitou o estudo da atividade profissional da pesquisa em matemática. Essa exigência, embora bastante custosa, permitiria a criação de disciplinas híbridas como 'Direito-Etnometodologia' ou 'Matemática-Etnometodologia'. Talvez a única debilidade do capítulo seja a falta de referências aos trabalhos etnográficos na sociologia e na antropologia. Embora façam uma crítica a esses trabalhos de forma geral, os autores poderiam ter especificado os seus alvos e no que eles diferem das etnografias etnometodológicas. Para além da etnometodologia, existe uma extensa e rica literatura problematizando o método etnográfico (CLIFFORD, 1998; EMERSON; FRETZ; SHAW, 2011; FAVRET-SAADA, 2005; GEERTZ, 1989), e que poderia ser usada para enriquecer o polêmico debate levantado pelos autores a respeito da *exigência singular de adequação*.

O quarto e último capítulo é destinado à AC, uma abordagem profundamente influenciada

da pela EM em seus primórdios, mas que vem gradativamente perdendo tal afinidade. Apesar desse quadro problemático, Watson e Gastaldo destacam os aspectos etnometodológicos da AC, a começar por sua definição. Para eles, a AC é uma abordagem de pesquisa preocupada em estudar os *etnométodos* empregados pelas pessoas comuns enquanto conversam, ou seja, a AC, ao contrário do que habitualmente é colocado, não é um método de análise, mas um tópico em si, já que examina como os membros analisam as suas próprias interações (p. 65). Eles enfatizam ainda a mentalidade analítica da AC; uma abordagem radicalmente *naturalística*, que rejeita técnicas experimentalistas, exemplos inventados e convenientes e metáforas – esta última, uma crítica direta à sociologia interacionista de Erving Goffman –, e que enxerga a *linguagem como ação* (pp. 66-67). Como o fazem em todos os demais capítulos, os autores contrapõem essa mentalidade à da sociologia tradicional, para a qual a linguagem seria apenas um veículo por meio do qual se expressariam tópicos verdadeiramente relevantes para a investigação sociológica, e.g. estratificação, poder, desvio, etc. Embora também aborde o surgimento da AC e descreva brevemente alguns de seus principais conceitos, um dos diferenciais do livro é sem dúvida a seção em que os autores apontam para os componentes etnometodológicos da AC (pp. 77-82), o que pode ser lido como uma crítica sutil a diversos trabalhos que enxergam esta como um método ou um conjunto de técnicas e não como um tópico em si mesmo, e que, portanto, desconhecem ou desconsideram a influência que as ideias de Garfinkel exerceram sob Harvey Sacks, criador da AC (GARFINKEL; SACKS, 1970; SACKS, 1992). Watson e Gastaldo destacam que o principal mérito da AC talvez tenha sido levar adiante o projeto da EM quanto ao estudo da *intersubjetividade-em-ação*, da *indexicalidade* e da *reflexividade* – esta última em especial na investigação das *formulações*. Os autores então, concluem o capítulo apresentando o estudo da análise de categorizações de pertencimento (ACP), também criada por Sacks (pp. 97-107). Ao inserirem esta abordagem no capítulo dedicado à AC, os autores evidenciam uma posição intelectual na qual a AC seria mais ampla do que *análise sequencial* inaugurada e sistematizada por Sacks,

Schegloff e Jefferson (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974) e hoje amplamente difundida no cenário acadêmico, sobretudo na Linguística e na Psicologia Social, além da própria Sociologia. Segundo Watson e Gastaldo, a ACP surgiu sob a influência de trabalhos etnográficos da antropologia que focalizavam as práticas sociais e linguagem sem tratar os membros como *idiotas culturais* (p. 97). Coube a Sacks então eliminar os aspectos cognitivos desses trabalhos ao tratar a categorização como uma prática conversacional; daí, portanto porque não se deveria confundir os estudos tradicionais das ciências sociais sobre identidade e categorias com os de análise de categorização de pertencimento (STOKOE, 2012; WATSON, 1997, 2015). Os autores encerram o capítulo sustentando a integração entre a EM, a AC – em sua vertente sequencial – e a ACP; para eles: “Se realmente quisermos ver a “ordem por toda parte” em uma conversa, precisamos levar em conta os fenômenos de categorização, senão pelo menos parte do fenômeno se perderá, como os elementos normativos da conversação.” (p. 105). E completam: “De certo modo a sequência fornece o (ou um) contexto para a categorização, e a categorização, um contexto para a sequência em qualquer sistema interacional organizado por turnos.” (p. 107).

A influência de Wittgenstein sob os autores fica evidente na conclusão, organizada como nas *Investigações Filosóficas* (WITTGENSTEIN, 2005). Nessa parte, Watson e Gastaldo apontam para a multiplicidade da EM; seria mais preciso falar em etnometodologias, no plural (p. 108). Mas o que todas essas abordagens teriam em comum? Segundo eles, os pontos de convergência seriam: a) a preocupação com as *práticas cotidianas* e com os *padrões situados de produção de sentido*; b) o *antiteoreticismo*; c) a recusa de qualquer traço de *ironia metodológica*; e c) a atitude fundamentalmente *anticognitivista*. Aliada a essa multiplicidade, os autores enfatizam a constante transformação e adaptação dessas etnometodologias: “a cada vez que um(a) analista etnometodólogo(a) percebe e analisa uma nova situação, ele(a) deve adaptar sua abordagem à Gestalt específica, aos métodos distintos que caracterizam a situação e às ações dos membros para produzi-lo. Assim, a cada vez que uma si-

tuação é analiticamente apreendida, a Etnometodologia é readaptada, refeita, ou mesmo renascida.” (p. 113).

Embora finalizem o livro destacando a existência de diversas maneiras de se fazer EM, os próprios autores parecem optar por uma EM que seja simultaneamente abrangente, pois englobaria também as análises sequenciais e de categorização, e excludente, já que seria completamente impermeável em relação às análises formais, sejam elas pertencentes à sociologia, à antropologia, ou até mesmo à linguística. Em outras palavras, os autores assumem uma postura de reconciliação interna, desde que não haja nenhuma concessão externa.

O lançamento de *Etnometodologia e Análise da Conversa* coincide com um movimento de crescente interesse das ciências sociais e humanas brasileiras pelas abordagens etnometodológicas. Embora ainda marginais num contexto dominado pela sociologia política, – destaque para departamentos como os da USP e do IESP-UERJ, dentre diversos outros – tanto a EM quanto a AC têm gradualmente galgado espaço no cenário acadêmico nacional, o que pode ser evidenciado pelas seguintes iniciativas: a) a recente tradução de todos os capítulos dos *Studies in Ethnomethodology*, publicados separadamente em diferentes periódicos (GARFINKEL, 2009, 2010, 2011, 2013); b) a tradução do seminal artigo *On formal structures of practical actions* (GARFINKEL; SACKS, 2012); e c) a publicação de um dossiê em *Segurança Pública e Justiça Criminal* composto por uma série de artigos que, se não diretamente influenciados pela EM, ao menos tangenciam alguns dos tópicos de interesse etnometodológico (PAES; RIBEIRO, 2014). Se nas ciências sociais de maneira geral, e na sociologia em específico, o interesse pela EM ainda parece ser bastante incipiente, na sociolinguística, já há algum tempo, a AC ocupa um lugar minimamente relevante, fruto do esforço permanente de pesquisadores como Ana Cristina Ostermann e Paulo Gago, e seus respectivos grupos de pesquisa. Nesse contexto promissor, ainda que todas as iniciativas acima sejam extremamente relevantes, a publicação de *Etnometodologia e Análise da Conversa* apresenta-se imprescindível, pois preenche uma

lacuna no cenário da literatura das ciências sociais brasileiras em português, ocupada outrora apenas pela competente, mas já ultrapassada – e de tiragem esgotada - introdução de Alan Coulon, *Etnometodologia* (1995).

Embora não seja um dos objetivos explícitos dos autores, *Etnometodologia e Análise da Conversa* apresenta uma debilidade ao não dedicar um espaço às etnometodologias brasileiras: as especificidades de suas origens e de suas críticas, ou exemplos empíricos de estudos nacionais. Ao não optar por uma orientação mais ‘brasileira’, os autores deixam escapar a oportunidade de produzir uma introdução singular não apenas em relação à língua, mas também quanto a alguns aspectos de seu conteúdo, pois pouco se conhece a respeito da influência e do alcance dessas abordagens nas ciências sociais no país.

De leitura fluida e agradável, *Etnometodologia e Análise da Conversa* atende tanto aos interesses de leitores iniciantes quanto aos de pesquisadores mais avançados, que já possuam algum conhecimento prévio sobre a EM e a AC. Aos primeiros, o livro serve como um aperitivo, apresentando os principais conceitos e a mentalidade analítica etnometodológica; aos demais, presta-se a reforçar a necessidade de reaproximação das duas abordagens, que já há algum tempo vêm se distanciando em virtude de uma expansão por vezes míope da AC para além da sociologia.

## REFERÊNCIAS

- CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica. In: GONÇALVES, J. R. S. (Ed.). . A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998. p. 17–62.
- COSER, L. A. Two Methods in Search of a Substance. *American Sociological Review*, v. 40, n. 6, p. 691–700, 1975.
- COULON, A. *Etnometodologia*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- EMERSON, R. M.; FRETZ, R. I.; SHAW, L. L. *Writing Ethnographic Fieldnotes*. Second Edition. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 2011.
- FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. *Cadernos de Campo (USP)*, v. 13, p. 15–61, 2005.
- GARFINKEL, H. *Studies in Ethnomethodology*. Oxford: Polity Press, 1967.
- GARFINKEL, H. (ED.). *Ethnomethodological Studies of Work*. London: Routledge, 1986.
- GARFINKEL, H. O que é etnometodologia? *Teoria e Cultura*, v. 4, n. 1-2, p. 113–131, 2009.
- GARFINKEL, H. Conhecimento de senso comum das estruturas sociais: o método documentário de interpretação no levantamento leigo e profissional de fatos. *Teoria e Cultura*, v. 5, n. 1-2, p. 83–97, 2010.
- GARFINKEL, H. Estudos dos fundamentos rotineiros das atividades cotidianas. *Teoria e Cultura*, v. 6, n. 1-2, p. 113–142, 2011.
- GARFINKEL, H. Algumas Regras de Tomada de Decisão que os Jurados Respeitam. *Confluências*, v. 15, n. 1, p. 3–10, 2013.
- GARFINKEL, H.; SACKS, H. On formal structures of practical actions. In: MCKINNEY, J. C.; TIRIAKYAN, E. A. (Eds.). . *Theoretical sociology: perspectives and developments*. New York: Appleton-Century-Croft, 1970. p. 337–356.
- GARFINKEL, H.; SACKS, H. Sobre estruturas formais de ações práticas. *Veredas*, v. 16, n. 2, p. 220–256, 2012.
- GEERTZ, C. Um Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: GEERTZ, C. (Ed.). . *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989. p. 3–21.
- GELLNER, E. Ethnomethodology: The Re-Enchantment Industry or The Californian Way of Subjectivity. *Philosophy of the Social Sciences*, v. 5, n. 3, p. 431–450, 1975.
- PAES, V.; RIBEIRO, L. Produção acadêmica sobre práticas de segurança pública e justiça cri-

minal: estudos empíricos sobre instituições, interesses, decisões e relações dos operadores com o público. *Confluências*, v. 16, n. 3, p. 9–33, 2014.

SACKS, H. *Lectures on Conversation*. Oxford: Blackwell, 1992.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. A Simplest Systematics For The Organization of Turn-Taking for Conversation. *Language*, v. 50, n. 4, p. 696–735, 1974.

STOKOE, E. Moving forward with membership categorization analysis: Methods for systematic analysis. *Discourse Studies*, v. 14, n. 3, p. 277–303, 2012.

WATSON, R. Some General Reflections on “Categorization” and “Sequence” in the Analysis of Conversation. In: HESTER, S.; EGLIN, P. (Eds.). *Culture in Action*. [s.l.] University Press of America, 1997. p. 49–75.

WATSON, R. De-Reifying Categories. In: FITZGERALD, R.; HOUSLEY, W. (Eds.). *Advances in Membership Categorisation Analysis*. London: Sage Publications, 2015. p. 23–49.

WATSON, R.; GASTALDO, E. *Etnometodologia e Análise da Conversa*. Petrópolis / Rio de Janeiro: Vozes / PUC-Rio, 2015.

WITTIGEINSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. Petrópolis: Vozes, 2005.